

HISTÓRIA, HISTÓRIA SOCIAL, HISTÓRIA ORAL, FOLCLORE¹

Franco Cardini

Instituto de História

Universidade de Florença - Itália

Este artigo localiza a história no saber moderno, inicialmente no contexto da distinção clássica entre ciências humanas e ciências naturais e, em seguida, no contexto mais recente da interdisciplinaridade com seus temas híbridos. A partir desta localização, aborda consequências do deslocamento das fronteiras da história com outras disciplinas, destacando o emergente interesse pelo coletivo, pelo cotidiano, pelo imaginário e pelas estruturas mentais. Aponta a importância da memória social para a história das mentalidades, e explicita a natureza e a problemática da renovação metodológica que esta requer.

Descritores: Memória. História. Ciências humanas e sociais.

Na sua célebre *Einleitung in die Geisteswissenschaften*, de 1883, W. Dilthey se debruçava sobre o problema que então parecia, mais do que qualquer outro, preocupar os estudiosos especialistas e, sublinhando o seu desprezo para com a Sociologia de Comte e de Spencer que considerava uma disciplina pseudo-científica, introduzia no debate cultural de seu tempo uma famosa e nunca totalmente superada distinção. Tratava-se da distinção entre as Ciências Humanas, a História inclusive, e as Ciências Naturais; distinção na qual as Ciências Humanas teriam como meta compreender os “porquês” das coisas no seu interior (*verste-*

¹ Tradução do original por Miguel Mahfoud e Marina Massimi, com revisão de Maria Luísa Sandoval Schmidt

hen) e as Ciências Naturais apreender e explicar os fenômenos no seu aspecto exterior (*erklaren*), fornecendo respostas de tipo mecânico às várias perguntas, buscando tornar precisos os “comos”.

A posição de Dilthey deve ser relacionada com a de W. Windelband no seu *Geschichte und Naturwissenschaft*, de 1894. Esta, por sua vez, centrada na dicotomia entre: (a) o caráter individualizante da História, sua natureza “idiográfica” ligada à investigação daquilo que é único e individual e, portanto, à catalogação das infinitas “variáveis” que fazem com que alguma situação histórica seja igual às outras e com que os mesmos instrumentos da semelhança e da analogia sejam usados pelo historiador sempre com grande cuidado, olhando mais o que distingue do que o que as iguala; (b) e, por outro lado, o caráter da ciência da natureza entendida como “nomotética”, ou seja, voltada para a investigação das normas universais e atenta às “constantes”, ao que iguala mais do que ao que distingue.

No longo confronto, que não raras vezes chegou à polêmica, entre estudiosos da História e estudiosos das Ciências Humanas, estes últimos reticentes em definir a História como “Ciência Humana”, frequentemente surge também o tema da dificuldade de diálogo entre uma ciência de natureza diacrônica como a História e disciplinas que, ao invés, se distinguiriam pelo aparato sincrônico, como a Sociologia e a Antropologia Cultural. Tudo isso sugeriu a Peter Burke (1980) qualificar como “diálogo de surdos” aquele, por exemplo, entre historiadores e sociólogos.

Por outro lado, a especialização e por isso mesmo a fragmentação do saber e das relativas metodologias, que caracterizou os últimos dois séculos da nossa reflexão científica e cultural, acabou colocando com urgência e evidência sempre mais duras o problema da recomposição do quadro próprio do saber. Este problema representa um paradoxo evidente, dado o longo caminho percorrido e as dificuldades inerentes ao próprio aprofundamento das especializações. Além de um paradoxo, representa, também, uma forte necessidade, se não por outro motivo, porque na relação entre História e Ciências Humanas (ou, como preferimos, na relação entre a História e *as outras* Ciências Humanas)

o objeto de estudo é um só, o homem, ainda que para bem estudá-lo seja preciso a convergência de várias e diferentes equipes de especialistas. Entende-se o homem não somente na sua realidade biológica mas também e sobretudo na sua capacidade de associar-se, de comunicar, de dar vida a sistemas culturais complexos (e, felizmente caídas as últimas ilusões rousseauianas e evolucionistas, sabemos, hoje, que *todos* os sistemas culturais são complexos).

Nos últimos anos, o “desmoronamento das cercas” disciplinares e o surgimento sempre mais freqüente de temas “híbridos” e “marginais” com relação aos âmbitos de pesquisa clássicos e aparentemente bem determinados se traduziram no surgimento de ciências compostas, que na sua definição têm unido um substantivo e um adjetivo dependentes de campos de pesquisa até então considerados distantes ou de qualquer forma estranhos entre eles (Demografia Histórica, Antropologia Histórica), ou então têm ligado estreitamente dois termos em um neologismo de derivação composta (Psico-linguística, Etno-história). Por outro lado, o nascimento e desenvolvimento de novas e sempre mais complexas técnicas de investigação do passado, ligadas também a possibilidades em termos de pesquisa de laboratório até ontem impensáveis e hoje totalmente possíveis, determinou um fenômeno paradoxal e ambíguo do qual todos os estudiosos de História se deram conta: por um lado, a História, por assim dizer, “explodiu”, perdendo as próprias conotações específicas que a distinguiam das outras disciplinas; por outro lado ainda, porém, pareceu desejar alcançar um caráter, digamos, meta-especialista e meta-disciplinar, até propor-se quase como uma espécie de consciência epistemológica de todas as ciências que estudam o homem. É quase como se, em tempos de fim do historicismo, se assistisse ao triunfo da historicidade. É o velho - o que não significa que seja envelhecido - mito da história total, da *histoire à part entière*, a propósito da qual Lucien Febvre pôde dizer, em um dos ensaios póstumos recolhidos em 1953: “não existe uma História Social, ou uma História Econômica. Existe a História enquanto tal, na sua unidade. A História, que é social na sua inteireza, por definição” (p.20).

O próprio tema sincronia-diacronia, que já pôde ser utilizado na direção de uma distinção entre ciências diferentes, hoje se complicou muito. A reflexão braudeliana sobre “longas” e “breves” durações, e em geral sobre a heterogeneidade do(s) tempo(s) histórico(s), revelou que no processo histórico - e de “progresso” já se tende a não falar mais - instituições, estruturas, atitudes mentais, *ouillages* tão conceituais quanto técnicos, evoluem em tempos diversos e segundo seqüências praticamente infinitas do ponto de vista fenomenológico e sob o aspecto potencial.

Distinguida uma seqüência histórica *évènementielle* a ser estudada sob a perspectiva histórica, o que conta, antes de mais nada, é identificar em que ponto e segundo quais articulações a explosão da contingência se inseriu na “longa duração” e em que medida modificou a curva dos acontecimentos. Mas isso repropõe, com toda sua dramaticidade, o tema da não-racionalidade/não-previsibilidade da história, obriga a rever antigas conclusões a propósito da chamada “ucronia” (não é de maneira alguma verdade que a história não se faz com os “se” e os “mas”, e que a reflexão pascaliana sobre o nariz de Cleópatra é historicamente improporcionável...) e, em última instância, dá razão a Carlo Ginzburg quando ele observa que a racionalização do passado, por parte do historiador, assemelha-se muito à formulação de uma profecia *post eventum*. Isto, porém, levaria a observar que, nesse caso, uma satisfatória historiografia do futuro seria a que conseguisse propor-se como uma crível futurologia aplicada ao passado... Mas, também nesse caso, se acabaria perseguindo, sempre e de qualquer forma, o antigo fantasma da racionalidade das coisas históricas, do “sentido” (e do *telos*?) da História.

A História, a Sociologia e a Antropologia Cultural têm por objeto o homem, e o homem enquanto *zoón politikón*. A primeira estuda-o no tempo e, portanto, na dimensão prevalente da diacronia. As outras, por sua vez, o estudam no interior de sociedades ou de culturas determinadas e, portanto, na dimensão prevalente da sincronia. O problema fundamental que, por “longa duração”, preocupará o historiador, será o dos encontros entre as culturas, dos “curtos circuitos” (nem sempre suscetíveis de comprovação científica) que no *pass to* puderam estabelecer-se entre

elas. Então, o problema será, por um lado, o da possibilidade de se propor um método comparativista e, por outro, o da sua impossibilidade absoluta de produzir provas cientificamente irrefutáveis.

Uma pesquisa baseada totalmente ou em grande parte num método morfológico, num método apoiado nas semelhanças formais entre culturas e tempos diferentes, tal como Carlo Ginzburg (1986) confessa ter seguido por muito tempo, não é, em si mesma, ilegítima. No entanto, uma pesquisa assim concebida coloca, sem possibilidade de solução, o problema do sentido das afinidades formais, uma vez que para o estabelecimento deste sentido as conexões históricas conhecidas e a documentação histórica tradicional são insuficientes.

Fica evidente, então, que a cultura ocidental, pelo menos nas linhas até hoje “vencedoras”, não superou, de modo convincente, o difusionismo de Frobenius, limitando-se a exorcizá-lo. Além disso, deixou de lado o estruturalismo de Lévy-Strauss após tê-lo enaltecido e hiper-explorado, e restringiu-se a envolver de veneração e de suspeitas ideológicas a “ciência da mitologia” de Dumézil.

Todavia, é exatamente na encruzilhada destas três diferentes tendências, destes três diferentes estudiosos, que os verdadeiros problemas históricos a serem resolvidos e as verdadeiras metodologias a serem aprimoradas estão à espreita. Esta encruzilhada precisa ser enfrentada se quisermos furar a casca dos fatos e das instituições (que, não devemos esquecer, constituem uma boa, respeitável e indispensável parte da história como *Geschichte*, como *res gestae*, como patrimônio das coisas passadas) e, por baixo dessa casca, atingir o coletivo, o cotidiano, o que se modifica somente em tempos longuíssimos, o imaginário, as estruturas mentais, a *histoire des profondeurs*.

Neste nível, é importante esclarecer que não podemos negligenciar, nem esgotar, a dialética entre o módulo narrativo e o módulo problemático da pesquisa histórica. Tampouco ousaremos dizer - porque não pensamos assim - que a História seja mais “verdadeira” e portanto mais “legítima”, somente quando e na medida em que enfrenta as estruturas em lugar das instituições, a mentalidade em lugar da política ou da economia, as “longas” durações em lugar das “breves”.

A questão é que, para chegar ao nível da *histoire des profondeurs*, a nossa pesquisa baseada nas fontes explícitas e, sobretudo, nas fontes escritas, já não é suficiente. É preciso ir além: enfrentar, por exemplo, o tema da *Oral History* seguindo a trilha de tentativas tais como a do *Popular Memory Group* de Birmingham, porém considerando que o eco dos testemunhos orais é árduo de ser recolhido, necessitando uma técnica de coleta indireta quando, por evidentes motivos biológicos e de gerações, este tipo de fonte venha a se esgotar juntamente com o desaparecimento de seus portadores conscientes. Este problema é diferente daquele do desaparecimento dos portadores *tout court*, mas implica o aperfeiçoamento de técnicas de recuperação da memória coletiva. Nesse ponto, o estudo dos mitemas, como foi proposto por C. Ginzburg em seu livro de 1989, pode ser de grande utilidade. Ali, seguindo Lévy-Strauss e outros, Ginzburg trata metodologicamente os mitemas da mesma forma que os fonemas.

Surge, então, uma forte necessidade, para o historiador, de aprofundar temas como a memória, por um lado, e o folclore, por outro.

Quanto à memória, o problema não consistirá tanto na investigação sobre as técnicas ligadas à *ars memorativa* mas na seguinte pergunta: nas diversas situações históricas concretas, quais seriam os canais e os suportes de manutenção, de formalização, e por isso mesmo de estilização e, então, de controle pelo cancelamento ou recuperação da memória comunitária? Esse tipo de investigação requererá um cuidado particular com o tema das mediações e dos mediadores: desde o escriba da antiguidade até os *mass media* contemporâneos.

Por outro lado, é preciso levar em conta que o conceito de memória histórica coletiva é em si mesmo extremamente ambíguo e perigoso: ele deverá ser usado somente sob a condição de que em cada circunstância e em cada âmbito microcultural seja especificado e qualificado seu significado em relação a contextos que não poderão ser evocados de modo genérico, mas deverão ser concretamente descritos.

Em outras palavras, nenhuma “memória coletiva” existe como dado compacto, unitário, estático, e sim como proposta de uma rede complexa e dinâmica de linhas e de pontos de referência: não como mancha de óleo

e sim como *réseau*, não como estrada principal mas sim como conjunto de trilhas.

Esta afirmação tem valor também no que diz respeito ao confronto/conflito entre “culturas hegemônicas” e “culturas subalternas”, questão esta aprofundada por A. Gramsci. Seria, no entanto, distorcer o pensamento do próprio Gramsci, considerar tal confronto/conflito como enfrentamento de dois mundos hostis e incomunicáveis e não como uma relação circular entre ambientes cujos contornos e limites são fluidos e vagos, em cujos interiores os intercâmbios são possíveis, aliás prováveis e até bastante intensos.

Portanto, dois dados resultam evidentes ao estudioso que busca desenvolver uma indagação nos moldes da História Social ou da História das Mentalidades, ou que queira investigar as relações entre a história e o folclore. Antes de mais nada, trata-se não tanto da natureza e da qualidade diversas e particulares das fontes, quanto da diferença qualitativa dos modos de abordagem e de interpretação que aquelas requerem. Em segundo lugar, trata-se do tipo diferente de conclusões e de verificações que, nesses casos, poderão ser derivadas e que será lícito ativar.

No âmbito das fontes escritas, o historiador da sociedade e da mentalidade, bem como o historiador das culturas folclóricas, erraria se não levasse suficientemente em conta as fontes diretas, por exemplo, os testamentos e as cartas de compra e venda. Todavia, naturalmente, ele ficará mais à vontade ao tratar das fontes indiretas, sobretudo as fontes memorialistas. O seu interesse será não tanto acerca da natureza das informações que tais fontes fornecerão, quanto acerca da linguagem e do léxico utilizados, da cor, dos acentos, das alterações voluntárias de uma realidade histórica (quando esta realidade possa ser identificável com certeza) e dos erros involuntários.

Numa palavra, diferentemente do historiador da política ou da economia, para o historiador da sociedade e da mentalidade, a mentira desvelada enquanto tal será mais interessante do que a verdade; o erro identificado como tal, na comparação com uma realidade dada e conhecida, será mais revelador do que aquela mesma realidade.

Aliás, de modo paradoxal, a “verdade” mental será *aquela* mentira, a “realidade” social será constituída por *aquele* erro. Como já foi dito, um erro compartilhado universalmente constitui-se em si mesmo numa realidade histórica: os deuses existem e os mitos são reais enquanto numa sociedade seus membros continuam a ter fé neles num grau e numa intensidade consideravelmente comuns e compartilhados.

Então parecerá claro até que ponto um estudo desse tipo implicará a ativação de metodologias de caráter sociológico. História da sociedade, História da mentalidade e História da cultura folclórica poderão coincidir na identificação dos vários sistemas de sinais e dos diversos modos de abordagem e de contextualização a seu respeito.

O estudioso deverá esforçar-se sobretudo para apreender a relação entre uma problemática constância de significantes e uma não menos problemática mudança de significados no interior de um dado sistema cultural.

Perceber-se-á, então, que, nessa modalidade específica de investigar o passado, a máxima áurea de *nihil a se humani alienum putare*, resulta ilusória. Muitos se perguntaram se verdadeiramente existe uma espécie humana e este poderia ser um pseudo-problema para o historiador, mesmo no que diz respeito às “longuíssimas durações”. Pelo contrário, não é um pseudo-problema procurar compreender em quê e em que medida o especificamente humano muda no tempo e nas culturas: é um modo de resistir ao pior anacronismo possível, e ao mais insidioso por ser revestido de valores morais. Trata-se da credibilidade aprioristicamente atribuída a um esquema abstrato de humanidade.

Nisso também a História revela, peremptoriamente, seu caráter de ciência aparente e superficialmente descritiva e analítica, mas em realidade, profundamente problemática e exegetica. Se a memória é o lugar de um *continuum* que, todavia, pode ser perdido, readquirido, reevocado e distorcido, a História é a reconstrução dos nexos que ligam entre si vários segmentos descontínuos e a racionalização dessas discontinuidades.

Responder a um porquê histórico significa fazer exegese. Fatos e instituições não são o “discurso” histórico, mas os fonemas sobre os quais tal discurso se fundamenta: e, se é verdade que cada fonema possui

um *status* autônomo e pode ser estudado por si mesmo, é também verdade que ele não adquire seu significado pleno senão quando contextualizado e funcionalizado. Este trabalho é delicado e sempre muda de geração em geração. Por isso o passado, não o passado como foi de verdade - que é e permanecerá desconhecido -, mas o passado como ele se nos reapresenta, é sempre diverso e a exegese histórica, por sua natureza, nunca tem fim. Cada idade tem seu passado, cada época o reconstrói.

CARDINI, F. History, Social History, Oral History, Folklore. *Psicologia USP*, S. Paulo, v.4 n.1/2, p. 319 - 328, 1993.

Abstract: The article places history in modern thinking, firstly in the context of the classical distinction between Humanities and Natural Sciences and secondly in the more recent context of interdisciplinarity with its hybrid themes. Starting from this premise, the consequences of the repositioning of the frontiers between History and other subjects is discussed, emphasizing the emergent interest in the collective, everyday life, imaginary and mental structures. The importance of social memory for the history of mentalities is stressed as well as the nature and the problem of the methodological renewal which it requires.

Index Terms: Memory. History. Human social sciences.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURKE, P. *Sociology and history*. London, Allen and Unwin, 1980.
- * DILTHEY, W. *Einleitung in die Geisteswissenschaften*. s.l., s.ed., 1883.
- FEBVRE, L. *Combats pour l'histoire*. Paris, Armand Colin, 1953.
- * FURET, F. *L'atelier de l'histoire*. Paris, Flammarion, 1982.
- * GINZBURG, C. *Miti emblematici*. Torino, Einaudi, 1986.
- * GINZBURG, C. *Storia notturna*. Torino, Einaudi, 1989.
- LA STORIA sociale: fonti e metodi. Firenze, Sansoni, 1967.
- * LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. *La nouvelle histoire*. Paris, Retz, 1978.
- LE GOFF, J. Memoria. In: *Enciclopedia Einaudi*. Torino, Einaudi, 1979. v.8, p.1068-1109.

—
Franco Cardini

- MUCCHIELLI, A. *Les mentalités*. Paris, P.U.F., 1985.
RADDING, C.M. Antropologia e storia ovvero il vestito nuovo dell' imperatore. *Quaderni Storici*, n.57, p.971-84, dic. 1984.
ROSENBERG, B.A. Folkloristes et médiévistes face au texte littéraire: problèmes de méthode. *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, v.34, n.5, p.943-54, 1979.
WINDELBAND, W. *Geschichte und Naturwissenschaft*. s.l., s.ed., 1894.

NOTA DOS TRADUTORES

As obras assinaladas com asterisco (*) foram traduzidas para o português ou o espanhol e estas edições são abaixo mencionadas:

- DILTHEY, W. *Introducción a las ciencias del espíritu*. Madrid, Revista de Occidente, 1966.
FURET, F. *Oficina da história*. Lisboa, Gradiva, s.d.
GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
GINZBURG, C. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.